

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança tem a palavra para apresentar este assunto. Sugiro que baixem um pouco o tom de voz.....

----- **Presidente da Câmara** - O pedido formulado pela Câmara Municipal é claro no que diz respeito ao objectivo do mesmo, ao montante, ao prazo, às condições, à contratação pública, a melhor proposta conseguida no mercado, de forma muito abrangente, envolve uma taxa global de 2,10%, o que me parece ser uma taxa boa. As taxas de juros referenciados para o serviço da dívida pública andarão próxima dos 5,0%, o que significa que as instituições de crédito têm confiança na Instituição.....

----- Ponto número dois – Não disse aos senhores Deputados, antes da votação do ponto anterior, para não perturbar em a reflexão, o Centro Escolar de Santa Maria está concluído, os ensaios técnicos estão feitos, a obra poderia ter sido já perda formalmente aberta. O Município no planeamento que fez não deu passos errados, passos insuficientes, muitas vezes fazemos o nosso planeamento e surgem surpresas. E há surpresas que não estão ao alcance do nosso planeamento técnico nem jurídico e compete, peço desculpa, vou interromper novamente, peço desculpa, por vezes também temos dificuldade mas é nossa tentativa de conciliar algumas respostas, só isso, peço-vos desculpa, se a nossa imagem ali for menos positiva nesse âmbito, e para isso há as entidades com a competência para resolver os problemas que nós não temos capacidade de resolver. O nosso Planeamento foi feito atempadamente, podíamos ter tudo feito, o acesso construído, a contratação foi feita, foi suspensa, está contratada e logo que todos os procedimentos administrativos sejam concretizados será acto imediato retomada, no sentido de tentar viabilizar a abertura do Centro Escolar no início do Ano Lectivo. É um desafio, mas vamos tentar.

----- A segunda, é de que para o interior dos serviços do nosso Município, da parte do Executivo Municipal não há experiência nem informal, nem formal, de o Executivo decidir de forma contrária a uma informação técnica/jurídica. Isso não que órgão político não disponha de sentido e autonomia de decisão, nada disso. Quando as situações não estão devidamente conformadas sob o ponto de vista daquilo que nos parece aquilo que seria a resolução nós diríamos assim, reavaliem, se for necessário solicita-se a informação adicional, incluindo consultores jurídicos internos e externos para que as decisões sejam correctas.....

----- Não confundimos o que é o interesse público e o interesse privado. Estamos no décimo terceiro ano de mandato, o nosso Município é sistematicamente avaliado pela Tutela em termos

inspectivos, os Senhores deputados conhecem, de forma clara, a radiografia do nosso Município, de forma inquestionável, uma coisa é o interesse privado, outra coisa é o interesse público, para nós, só, e só, o interesse público pode prevalecer nas propostas que apresentamos a esta Assembleia Municipal.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente.

----- Pedidos de esclarecimento sobre esta matéria? Vamos à tal metodologia que falava, vamos procurar que todos oiçam e queiram ser esclarecidos, que coloquem em devido tempo, que é agora, os pedidos de esclarecimento.....

----- Registamos só um pedido de esclarecimento. Deputado da CDU, José Brinquete. Tem a palavra, Senhor Deputado.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, era duas questões que eu gostava de ver esclarecidas. A primeira é a seguinte. O Senhor Presidente da Câmara disse que os Bancos têm a Câmara em boa conta e portanto não têm problema de lhe emprestar dinheiro. Pois pudera! Se alguém paga, mais tarde ou mais cedo, é o Estado, não é? O Estado nunca fica por pagar. O problema que se coloca é se as Câmaras devem trabalhar para subsidiar os bancos privados. Porque até mesmo os ??? e os grandes bancos internacionais que estão a emprestar dinheiro a todos os países, eles continuam a emprestar, o que se discute é as taxas de juros, só, que eles agora chamam-lhe um nome, para as pessoas não perceberem, que é o célebre spread , não é? Esse é que se discute. Portanto os bancos estão interessadíssimos em emprestar dinheiro à Câmara, não é? Agora a primeira questão pertinente é se a função de uma Câmara Municipal é de andar a alimentar os lucros dos banco, que ainda em dois mil e nove, na crise que estamos a viver, e com a miséria que se criou no país, os bancos tiverem milhões e milhões de lucros.

----- A segunda questão que eu colocava era a seguinte, se o Município fez um estudo que suporte resposta a esta questão: este empréstimo em que é que incide no agravamento das nossas taxas e coimas e impostos municipais, no futuro? Disse.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.....

----- Senhor Presidente pretende responder a esta questão? Prescinde da resposta.....

----- Senhores Deputados, quem pretende inscrever-se para intervenções? Quatro pedidos de inscrição para intervenções: Victor Prada Pereira, Ana Cláudia Guedes de Almeida, José Brinquete e Carlos Cadavez. Quatro pedidos que foram registados. Vamos proceder às intervenções. Vítor Prada Pereira tem a palavra

----- **Vítor Pereira** – Senhor Presidente, deixe-me recordar-lhe um gráfico que apresentou aqui há bocado, quando se referiu a noventa e sete, em que se dizia que a dívida estava a cerca de vinte milhões, parece que, pelos vistos, a Câmara, neste momento e depois de alterações, todas as receitas e mais algumas e FEFs e etc., nem sequer quero entrar por aí, agora estamos à volta de dezasseis milhões, não é? Por aí, mais este milhão e meio vamos para os dezassete e tal, daqui, o Senhor Presidente está-se, eu espero que não e desejo-lhe sinceramente isso, quando terminar o seu mandato os seus dezasseis anos de mandato à frente deste município, lá andaremos, lá andaremos, Senhor Presidente, lá andaremos, mas isso discutiremos, com certeza, ou nós ou alguém, na próxima campanha eleitoral, daqui a quatro anos, sendo que o Senhor Presidente já não está aqui para depois se defender, nem para sequer...com certeza e segundo a lei, se não for alterada, nem para se defender ou para contra atacar evidentemente. Estou a falar numa maneira desprendida sem estar aqui a atacar politicamente, não é esse o meu objectivo.....

----- O que é certo é que este empréstimo serve essencialmente para financiar obras que nós estamos redondamente em desacordo. Aliás eu disse de manhã, aqui, até mencionei o caso da ciclovia, nós não podemos concordar com uma obra daquelas, nós não podemos concordar e até quando nos deram o exemplo que efectivamente em Paris ou em Viena, ou em Milão, seja lá onde for, fazendo um traçado não gastamos nada e fica ali uma ciclovia feita. E, portanto, nós não podemos hipotecar, de maneira nenhuma, o nosso futuro, ir buscar um milhão e meio de euros para efectivamente tratar desta obra, nós não podemos, de maneira nenhuma, concordar com um empréstimo destes para financiar uma passagem subterrânea, quando uma simples rotundazita, na nossa opinião, é evidente, estou a falar sempre da nossa opinião, tinha resolvido o problema.....

----- Portanto nós não nos revemos neste tipo de obras para que o empréstimo serve e para que é financiado. E portanto, Senhor Presidente, nós lamentamos, vamos ter que votar contra isto, aliás o Senhor Deputado Brinquete fez-lhe aqui a pergunta, ao qual o senhor não respondeu, em que disse – quanto é que isto vai exonerar mais os nossos encargos, a todos os níveis, e quanto é que isto vai servir para no futuro as novas e futuras gestões camarárias, digamos assim, o que é que isto

vai comprometer o futuro, e, portanto, nós não podemos estar de acordo com isto e vamos votar contra.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Para a sua intervenção está inscrita e damos a palavra então à Deputada do CDS/PP, Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – Só para dizer que o CDS/PP também votará contra este pedido de autorização de contratação de empréstimo, desde logo porque se afasta redondamente deste tipo de intervenções isoladas, como já fui dando a conhecer, daquilo que é a minha forma de pensar, o Município e as cidades, é pela via do planeamento estratégico, acho que continuar a insistir no erro e na recuperação daquilo que está mal, que é mau gasto de dinheiro, até porque nos arriscamos que no futuro, na renovação da presidência haja alguém e destrua aquilo que foi feito e portanto lá se vai o empréstimo que se contraiu. Além do mais efectivamente não nos podemos esquecer que continuamos a fazer obras para não atrair pessoas, nem sei se há estudos que justifiquem este investimento naquelas situações e conta tudo aquilo que disse da ciclovia, portanto colo-me ao que disse o Dr. Vítor Prada, não posso discordar, mas essencialmente é pela política de opção que está em jogo que vai muito à casuística e não à estratégia e ao planeamento, acho que continuamos a insistir no erro e portanto melhor seria usar este dinheiro para outras situações mais benéficas para o Município.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Senhora Deputado. Tem a palavra para a sua intervenção o Deputado da CDU, José Brinquete.....

----- **José Brinquete** – Obrigado, Senhor Presidente. Aqui há uns anos os acontecimentos estranhos davam-se no entroncamento, mas agora começam a dar-se pelo País todo.

----- Porque é que é um acontecimento estranho? É que, pede-se um empréstimo para uma obra que já está realizada, isto não acontece em lado nenhum, até já foi inaugurada, a Avenida Humberto Delgado.

----- E nós, na CDU, não somos contra estas obras, ao contrário do Partido Socialista nós somos a favor, nós colocamos é algumas questões sobre alguns erros ou defeitos que as obras têm. Na Humberto Delgado o defeito, sobretudo, é o labirinto e a confusão que há para a entrada do Bairro da Mãe de Água, não é? Sendo a Mãe de Água um Bairro tão populoso, vê-se neste labirinto e agora

fugiu à Humberto Delgado, a Humberto Delgado está deserta durante todo o dia. Aquilo é uma pista, está bonita, tem boa sinalização mas tem pouca utilidade.

----- O mesmo também dizemos em relação à ciclovia. Nós sempre fomos favoráveis a uma ciclo via naquele circuito, insistimos muito nela, aqui, mas aquilo é demasiado apertado, e reparem que os slides que o Senhor Presidente da Câmara apresentou foi tudo de coisas piores. E até fiquei a saber que o Vítor Prada Pereira frequenta a Áustria, porque conhece a pista da Áustria, mas eu que, não frequento a Áustria, e conheço muitas pistas cicláveis, no País, já não vou a Moscovo há muitos anos, infelizmente aquilo, agora, mudou.

----- O grande erro daquela pista é que é muito estreita, não dá para dois ciclistas se cruzarem e duas pessoas que se dêem mal vão ter dificuldade em cruzarem-se também ali, porque quase que...e às vezes acontece em cidades pequenas certas pessoas que não se querem cruzar uma com a outra. -

----- Mas acontece que a vida tem coisas muito normais e naturais, já temos, neste momento, algumas pistas cicláveis, na cidade, vocês dêem-se ao trabalho, de numa noite de verão, circular pela cidade e vão ver como o Parque da Traginha, é um excelente Parque e já faz muito de pista ciclável e pista pedonal e agora a verdadeira pista ciclável, neste verão, o que vai dar, o que está na berra, é a Avenida entre os touros e os burros, é vela cheia de pessoas a andar. Portanto provavelmente aqueles que não se dão uns com os outros nem sequer põem os pés ali naquele corredor estreito.

----- Portanto acontece que estamos a aprovar o empréstimo que não tem o tal estudo no impacto dos impostos que depois todos vamos pagar, alimenta a banca desnecessariamente, é para obras que já estão concluídas ou em fase de conclusão e o normal é pedirem-se empréstimos antes das obras começarem a ser construídas, e por último, acabámos de aprovar um Plano de Actividades e Orçamento que devia contemplar o pagamento destes equipamentos e o assumir dos compromissos que tivemos.

----- Por tudo isto a CDU vai votar contra.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra para o uso da sua intervenção, em representação do Partido Social Democrata, o Dr. Carlos Cadavez.

----- **Carlos Cadavez** – Há algumas coisas que me surpreendem, sinceramente que me surpreendem. O Partido Social Democrata desde mil novecentos e noventa e três nós votamos sempre, e fui eu que disse aqui, sempre que eram empréstimos para participação em obras, e estava o Partido Socialista no poder, nós votamos sempre a favor.

----- Segundo – Ó! Dr. Vítor Prada, eu acho que Bragança já não vai com rotundinhas, não! Já não vai! Também acho que uma ciclovia é muito pouco, é curto para Bragança, eu já várias vezes disse que a estrada do cabeço, a rotunda, que são oito quilómetros, eu acho que servia muito bem Bragança, e como não tem passeios, eu acho que esse era um projecto de deveria ser encarado pela Câmara, com toda a premência, e o Presidente da Junta de Samil tem feito esse esforço digno e o Senhor Presidente da Câmara tem-nos dito sempre que não tem havido dinheiro para se fazer tudo isto.---

----- Mas eu gostava não era só de uma ciclovia, era várias ciclovias. E gostava também, por nossa capacidade de endividamento, que nós referimos há pouco, felizmente temos capacidade e felizmente no ano de dois mil e nove fomos buscar investimentos de capital em quarenta e quatro por cento ao resto do Nordeste, que não tiveram capacidade de investimento. E gostaria também, como o Partido Socialista aqui disse, em que estava de desacordo com as obras, devia estar em desacordo com os grandes projectos megalómanos do Governo, quando temos uma capacidade de endividamento a nível nacional, já nos cem por cento, isso é que não é tolerável, connosco a vinte e cinco por cento ainda podemos investir muito, principalmente em obras. É lógico que nós estamos a conseguir todo o programa eleitoral que compete ao Partido Social Democrata, sem dúvida alguma, o projecto é nosso, o plano é nosso, e sempre que for para investimento de capital, eu gostava que o Partido Socialista fizesse o mesmo que nós fizemos quando vocês estavam no Governo, que era votarem a favor quando são obras participadas por fundos europeus. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Terminadas as intervenções vamos passar à votação.

----- O Senhor Presidente da Câmara pede à Assembleia um momento para um esclarecimento. Faz favor, Senhor Presidente, um esclarecimento ou uma informação adicional.....

----- **Presidente da Câmara** – Senhores Deputados, o empréstimo está previsto no Orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, acontece que os procedimentos administrativos deviam ter

sido desencadeados logo no mês de Janeiro e o processo ter vindo à Assembleia, na primeira Sessão Ordinária, tal não foi possível e por isso se preparou o processo para esta Sessão.

Não corresponde a um aumento do endividamento do Município. Vista a Conta de Gerência, em dois mil e seis, dois mil e sete não se contraíram empréstimos a longo prazo, dois mil e oito contraíram empréstimos 1,5 milhões de euros e amortizou 1,6 milhões de euros reduzindo a dívida de médio e longo prazo. Acontece que no final de dois mil e nove foi assumida no âmbito do relatório de partilhas da cidade Bragança Polis, o activo e o passivo. O Município assumiu, as responsabilidades que lhe competiam, sem reserva nenhuma assim foi apresentado à Assembleia municipal e a Câmara Municipal.

----- Imediatamente a seguir iniciámos um processo de amortização da dívida bancária de curto prazo e também dívida a fornecedores, que está a ser regularizada, nós pensamos que no final de Junho, Julho, teremos amortizada a dívida identificada, excepto qualquer situação de contencioso que estivesse pendente.

----- Segundo ponto – é de que manter-nos-emos, no Executivo, firmes, com energia no relacionamento com o órgão deliberativo, com as Juntas de Freguesia, para as quais no ano de dois mil e nove foram transferidas mais trinta e cinco por cento relativamente ao ano anterior, um esforço muito grande, devendo salientar que não é possível fazer tudo, não é possível atender a todas as solicitações, às das Juntas de Freguesia, dos cidadãos e assim sucessivamente. Manter-nos-emos com energia, com firmeza, naquilo que foi a proposta Social Democrata para o mandato legitimado pelos nossos concidadãos. Faremos tudo para dignificar o nosso trabalho, o trabalho do nosso Município

----- **Presidente da Câmara** – Senhores Deputados, o empréstimo está previsto no Orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, acontece que os procedimentos administrativos deviam ter sido desencadeados logo no mês de Janeiro e o processo ter vindo à Assembleia, na primeira Sessão Ordinária, tal não foi possível e por isso se preparou o processo para esta Sessão.

Não corresponde a um aumento do endividamento do Município. Vista a Conta de Gerência, em dois mil e seis, dois mil e sete não se contraíram empréstimos a longo prazo, dois mil e oito contraíram empréstimos 1,5 milhões de euros e amortizou 1,6 milhões de euros reduzindo a dívida de médio e longo prazo. Acontece que no final de dois mil e nove foi assumida no âmbito do relatório

de partilhas da cidade Bragança Polis, o activo e o passivo. O Município assumiu, as responsabilidades que lhe competiam, sem reserva nenhuma assim foi apresentado à Assembleia municipal e a Câmara Municipal.

----- Imediatamente a seguir iniciámos um processo de amortização da dívida bancária de curto prazo e também dívida a fornecedores, que está a ser regularizada, nós pensamos que no final de Junho, Julho, teremos amortizada a dívida identificada, excepto qualquer situação de contencioso que estivesse pendente.

----- Segundo ponto – é de que manter-nos-emos, no Executivo, firmes, com energia no relacionamento com o órgão deliberativo, com as Juntas de Freguesia, para as quais no ano de dois mil e nove foram transferidas mais trinta e cinco por cento relativamente ao ano anterior, um esforço muito grande, devendo salientar que não é possível fazer tudo, não é possível atender a todas as solicitações, às das Juntas de Freguesia, dos cidadãos e assim sucessivamente. Manter-nos-emos com energia, com firmeza, naquilo que foi a proposta Social Democrata para o mandato legitimado pelos nossos concidadãos. Faremos tudo para dignificar o nosso trabalho, o trabalho do nosso Município

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Passamos então à votação deste ponto.

-----**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, dezasseis votos contra, seis abstenções e cinquenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e dois membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? Não há declarações de voto.....

----- Passamos para o ponto seguinte.

PONTO 4.5.4 - 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010 - CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR - CATEGORIA: TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA CULTURAL;

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de Abril do ano de dois mil e dez, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010 - CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR - CATEGORIA: TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA CULTURAL

Pela Directora do Departamento Sócio Cultural, foi presente a seguinte informação:

Considerando o insuficiente número de trabalhadores, face às necessidades permanentes das atribuições e competências do Departamento Sócio Cultural, torna-se necessário a criação de 1 posto de trabalho para um técnico superior na área cultural, no Mapa de Pessoal deste Município (contrato de trabalho por tempo indeterminado), com a seguinte descrição do posto de trabalho:

Programação das actividades do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais; coordenar o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, incluindo recursos humanos e outros; coordenar e desenvolver projectos nas áreas da conservação, investigação, gestão e divulgação das colecções do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais; Elaborar relatório de avaliação de cada exposição, nos quinze dias subsequentes ao término das mesmas; comissariar exposições; elaborar textos de catálogos; gerir/dinamizar serviços educativos; promover acções de articulação com a comunidade e de parceria com outras instituições, tendo em vista a captação de públicos e o reforço do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais como instituição cultural de referência; garantir o cumprimento dos objectivos definidos pela Câmara Municipal de Bragança, no âmbito do desenvolvimento sócio cultural.

Nestes termos, propõe-se para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2010, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, ficando um exemplar arquivado em

Pasta Anexa ao Livro de Actas, e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais se propõe, que, para o presente posto de trabalho, e, tendo em atenção o disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a posição remuneratória seja objecto de negociação entre a 2.ª e a 6.ª posição, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro.

A presente alteração ao Mapa de Pessoal tem dotação suficiente no respectivo Orçamento Municipal, tendo em atenção as aposentações já ocorridas e a ocorrer no corrente ano, aprovado em Sessão de Assembleia Municipal realizada no dia 18 de Dezembro de 2009.

Após análise e discussão, foi deliberado, com 3 votos a favor dos Srs., Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 3 abstenções dos Srs., Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha e José Leonel Branco Afonso, aprovar a proposta da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2010 e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Abril de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – ANEXOS